



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002746-07.2024.6.22.8000.

INTERESSADO: Seção de Assistência Médica e Social - SAMES

ASSUNTO: **Prorrogação** - Contrato Administrativo nº 22/2025 – Contratada: UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA - **Análise**.

PARECER JURÍDICO Nº 175 / 2025 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular certame licitatório (1358022), formalizou-se o Contrato Administrativo nº 22/2025 (1371032), cujo objeto é a prestação de serviços de assistência à saúde aos magistrados, servidores e dependentes deste Tribunal pela empresa UNIMED PORTO VELHO - Sociedade Cooperativa Médica (CNPJ 05.657.234/0001-20). O referido ajuste tem prazo de vigência de 05 (cinco) anos, a contar 17/06/2025. Contudo, de acordo com a redação do item 3.2 da Cláusula Terceira do contrato, o contrato será rescindido de pleno direito na data de 17/12/2025, caso a contratada ainda apresente qualquer registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor Público Federal (CADIN), que constitui fator impeditivo à celebração de contratos onerosos com a Administração Pública Federal, na forma dos arts. 6º c/c 6-A da Lei nº 10.522/2002.

02. Por meio da Informação nº 203/2025 (1435481) a gestão do contrato solicita a prorrogação contratual por mais 6 (seis) meses, incluindo a ressalva de que há situação de irregularidade da Contratada perante o CADIN. A SAMES, porém, argumentou que, com base na Cláusula 3.4.1 do Contrato nº 22/2025 (1371032), admite-se a possibilidade de prorrogação única pelo referido período caso haja permanência de irregularidade da empresa perante o CADIN. De fato, conforme documentos apresentadas pela Unimed (1435470 e 1435471), tal situação persiste.

03. Mediante o Despacho nº 2.723/2025 (1436132), o Secretário da SAOFC, após análise do pleito, acolheu as justificativas apresentadas pela gestão contratual, no sentido de que estas "mostram-se razoáveis, considerando o interesse público na manutenção ininterrupta dos serviços de assistência à saúde, sem prejuízo da observância das determinações constantes no Despacho nº 1420 - GABSAOFC (1370895) e do acompanhamento da situação da empresa junto ao CADIN". Dessa forma, encaminhou os autos para realização de programação orçamentária pela COFC e pela elaboração de termo aditivo pela SECONT. Ademais, o processo também foi encaminhado à SGP para ciência da possibilidade de realizar novo certame licitatório e a esta AJSAOFC para análise e emissão de parecer jurídico quanto à prorrogação do Contrato nº 22/2025.

04. Em relação à Programação Orçamentária, a Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade - COFC informou que:

a) trouxe ao processo a programação orçamentária para o suporte da despesa relativa no exercício de 2025, no valor de **R\$ 200.907,04** (1436578), oportunidade em que registrou que *"a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro"*, cuja proposta orçamentária de 2025 encontra-se registrada no PSEI nº 0000001-83.2024.6.22.8000;

b) em relação ao suporte orçamentário da despesa no exercício de 2026, informou (1436588) que há, "(...) *previsão de execução de despesas no exercício financeiro vindouro para o qual **não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro**, dos valores a serem executados em 2026, por **depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual e da abertura do exercício financeiro 2026***", cuja proposta orçamentária encontra-se registrada no PSEI nº 0000002-34.2025.6.22.8000.

05. O GABSGP, por sua vez, encaminhou os autos à COEDE e à SAMES para ciência a respeito da adoção da medida referente à realização de novo certame licitatório.

06. Na sequência a SECONT juntou a minuta (1443382) do termo aditivo nº 01 ao contrato originário para o registros das alterações e enviou a esta unidade jurídica.

É o necessário relato.

II - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

07. Inicialmente, deve-se ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo

Resolução TRE-RO nº 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

08. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

09. Assim, tratando-se de controle de legalidade, o presente parecer restringir-se-á aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos que instruem o pedido de aditivo, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. Nessa linha, a manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle da legalidade administrativa dos atos a serem praticados. Cabe esclarecer também que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

III - DA ANÁLISE JURÍDICA

3.1 Da prorrogação contratual pretendida - Possibilidade, mesmo com permanência de irregularidade perante o CADIN.

10. Primeiramente, é necessário fazer uma retrospectiva a respeito da situação de irregularidade da contratada perante o CADIN, a qual foi devidamente analisada por esta Assessoria Jurídica no Parecer Jurídico nº 83/2025 (1370179), de 11 de junho de 2025. Naquela ocasião, a AJSAOFC manifestou-se a respeito do impasse na contratação da operadora de plano de saúde, a UNIMED PORTO VELHO, a qual, apesar de vencedora do certame licitatório (Pregão Eletrônico nº 90009/2025), encontrava-se com **registro de irregularidade perante o CADIN** (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal), fato impeditivo à celebração de contratos onerosos com a Administração Pública Federal, conforme o art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002.

11. O parecer ressaltou que a irregularidade, decorrente de um suposto débito de 2002 junto à ANS, persistia mesmo após a adjudicatária apresentar justificativas plausíveis de lançamento indevido e de mover uma ação judicial buscando a baixa do registro, a qual ainda estava em fase recursal no TRF - 1ª Região. Diante da expiração iminente do contrato vigente à época (Contrato Administrativo nº 08/2020) e da inviabilidade de convocar o segundo classificado (que não era operadora de planos de saúde), a não celebração do novo contrato resultaria na interrupção da prestação de **serviços essenciais e contínuos de saúde** a magistrados, servidores e seus dependentes.

12. Para superar o óbice legal e evitar consequências drásticas aos servidores da Justiça Eleitoral em Rondônia, o parecer jurídico fundamentou a possibilidade de contratação excepcional com base no consequentialismo administrativo. Tal doutrina, introduzida pelos arts. 20 e 21 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e expressamente recepcionada pelos Arts. 147 e 148 da Lei nº 14.133/2021 (NLLC), impõe aos gestores o dever de considerar as consequências práticas de suas decisões. Nesse sentido, busca-se evitar que tais decisões baseiem-se apenas em valores abstratos ou formalidades legais, mas que, de fato, priorizem a eficiência, a efetividade e a responsabilidade administrativas. O fundamento jurídico é que, em um contexto de relevância dos serviços de saúde, a formalidade da restrição do CADIN deve ser mitigada para proteger o interesse público e a continuidade de tais serviços, tal como já orientado pelo **Parecer Jurídico AGU nº 982/2024** em caso análogo, veja-se:

(...) 11. Com isso em mente, a entrada em vigor de forma imediata do art. 6º-A da Lei nº 10.522, de 2002, põe o gestor em situação de difícil decisão, haja vista que, de um lado, terá de observar o comando do novo dispositivo legal, e, de outro, terá de assegurar a continuidade da execução dos serviços atualmente realizada por empresas eventualmente inscritas no Cadin.

(...) 13. A aplicação "tudo ou nada" do art. 6º-A da Lei nº 10.522, de 2002, sem o estabelecimento de prazo razoável para que a Administração adapte seus processos e rotinas ao comando ali previsto, pode trazer ineficiência e encargos significativos à execução e ao acompanhamento de contratos administrativos vigentes. Vale dizer: a simples decisão pela impossibilidade de prorrogação de contratos celebrados com empresas inscritas no Cadin levaria, muito provavelmente, à formalização de inúmeros contratos emergenciais, com preços possivelmente superiores àqueles pagos pela Administração.

14. De outra banda, isso também não autoriza a Administração a simplesmente desconsiderar o disposto no art. 6º-A da Lei nº 10.522, de 2002. Tal conduta não se mostra juridicamente cabível, uma vez que o mencionado dispositivo legal é válido e eficaz, devendo, portanto, ser aplicado.

15. Nessa seara, sustenta-se, aqui, a possibilidade jurídica de a Administração estabelecer, no regime de execução dos contratos, um "regime de transição" quanto à prorrogação dos contratos administrativos celebrados com empresas inscritas no Cadin. Como sugestão, esse regime de transição pode ser estabelecido

da seguinte forma:

a) **é possível celebrar o termo aditivo de prorrogação do Contrato Administrativo nº 35/2022, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme proposto, cabendo à área técnica demonstrar que as alternativas existentes (como a contratação emergencial) não atendem às necessidades ou são mais gravosas à Administração;**

b) **no termo aditivo, pode-se incluir expressamente cláusula prevendo que a contratada deverá regularizar sua situação no Cadin por um prazo razoável, a critério da área técnica (poderia ser, como sugestão, 60 dias);**

c) **caso a regularização não ocorra no prazo estipulado, deverá haver a rescisão antecipada do contrato, depois de finalizado o procedimento licitatório para a contratação dos mesmos serviços;**

d) **caso a regularização ocorra no prazo estipulado, a vigência do contrato poderá seguir normalmente. (...) [GRIFO NOSSO]**

13. Assim, considerando que a interrupção abrupta dos serviços de assistência à saúde causaria consequências graves aos beneficiários do plano - o que não se coaduna com os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e, sobretudo, com o interesse público primário - esta AJSAOFC ofereceu duas alternativas à autoridade competente:

(1) A prorrogação excepcional do contrato vigente (Contrato Administrativo nº 08/2020) por um prazo razoável (sugerido em 6 meses, prorrogável uma vez, em analogia com o art. 148, § 2º, da NLLC); ou

(2) A celebração imediata do novo contrato de cinco anos com a adjudicatária, desde que se incluísse, no instrumento, uma cláusula resolutiva que estabeleceria um período de transição. Essa cláusula resolutiva, também com o prazo de 6 (seis) meses (prorrogável uma única vez), exigiria a exclusão da inscrição no CADIN sob pena de rescisão consensual do contrato, afastando a aplicação de sanções à contratada (art. 138, I, NLLC).

14. Tal sugestão visou garantir a imediata continuidade do serviço essencial, ao mesmo tempo em que se definiria um limite temporal para a regularização fiscal da empresa, equilibrando a legalidade e a eficiência administrativa em prol do bem comum.

15. Dessa forma, a Diretora-Geral, por meio do Despacho nº 594/2025 (1370700), **autorizou a celebração do contrato com a empresa UNIMED Porto Velho - Sociedade Cooperativa Médica**, vencedora do certame, nos termos do edital e da proposta vencedora, **pelo prazo original de 5 (cinco) anos, com inclusão da cláusula resolutiva condicionada à regularização da empresa no CADIN**, no prazo máximo de 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez, conforme § 2º do art. 148 da Lei nº 14.133/2021. Em seguida, portanto, formalizou-se o Contrato nº 22/2025 (1371032) nestes termos.

16. Assim, conforme consta do relato deste parecer, a SAMES, unidade de gestão do contrato, por meio da Informação nº 203/2025 (1435481), solicitou a **prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 6 (seis) meses, incluindo a ressalva de que há situação de irregularidade da Contratada perante o CADIN**. A unidade apresentou justificativa para a prorrogação do prazo de execução, que se deve a fim de (a) resguardar a continuidade dos serviços prestados aos servidores e dependentes, (b) permitir que a contratada regularize sua situação cadastral junto ao CADIN e (c) possibilitar a análise administrativa e jurídica quanto à eventual necessidade de novo certame licitatório, caso a irregularidade persista.

17. Dessa forma, em análise à CLÁUSULA TERCEIRA, item 3.4.1, do Contrato nº 22/2025 (1371032), tem-se o seguinte:

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA PRORROGAÇÃO

(Artigo 105 e sgs, da Lei 14.133/2021)

3.1. Este Contrato terá vigência de 05 (cinco) anos, a contar 17/06/2025, com assinatura das partes contratantes via Sistema Eletrônico de Informação - SEI do TRE-RO, podendo vir a ser prorrogado, a critério da Administração, por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021, observado o que segue:

3.1.1. A prorrogação de que trata esta Cláusula é condicionada ao teste, por parte do gestor do contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no histórico de gestão do contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes, permitida a negociação com a Contratada ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes;

3.1.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual;

3.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo;

3.1.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação;

3.1.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3.2. O prazo de execução da presente contratação coincidirá com o prazo de vigência deste contrato.

3.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, podendo serem anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.4. As partes estabelecem que este contrato será rescindido de pleno direito na data de 17/12/2025, fim do período de 6 (seis) meses após o seu termo inicial (17/06/2025), caso a contratada ainda apresente qualquer registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor Público Federal (CADIN), que constitui fator impeditivo à celebração de contratos onerosos com a Administração Pública Federal, na forma dos arts. 6º c/c 6-A da Lei nº 10.522/2002, observando que:

3.4.1. Persistindo a irregularidade e havendo interesse da Administração, em face do seu juízo de conveniência e oportunidade, o prazo definido no item 3.4. poderá ser prorrogado uma única vez, em analogia com o § 2º do art. 148 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.2. Caso ocorrida a rescisão tratada nesta cláusula, será ela enquadrada na situação de extinção consensual do contrato, na forma do art. 138, I, da Lei nº 14.133, de 2021, afastando a aplicação das sanções definidas no contrato por descumprimento a este título.

3.4.3. Caso a contratada apresente, após a data definida nesta cláusula, qualquer registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN), será regularmente notificada para, no prazo máximo de 30 (trinta) dias regularizar a inadimplência, ou justificar a ocorrência, sob pena de aplicação das penalidades nele definidas, podendo também o contratante decidir pela rescisão do contrato. [GRIFO NOSSO]

18. De fato, o art. 148, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 permite que, ao declarar a nulidade de um contrato, a Administração defina que ela só terá eficácia futura por até 6 meses (prorrogável uma vez). Nesse sentido, tal como indicado pelo item 3.4.1 do contrato originário, a mencionada regra legal pode ser usada por analogia a fim de prorrogar o contrato vigente de saúde, bem como para definir o termo final para a regularização da Contratada perante o CADIN. Assim, a Administração garante a continuidade do serviço essencial enquanto se resolve tal pendência. **Vale ressaltar, inclusive, que o Secretário da SAOFC, mediante o Despacho nº 2.723/2025 (1436578), acolheu as justificativas apresentadas pela gestão contratual, apontando que estas se mostram razoáveis, considerando o interesse público na manutenção ininterrupta dos serviços de assistência à saúde.**

19. Portanto, esta Assessoria Jurídica verifica que, com base nos fundamentos já expostos anteriormente no Parecer Jurídico nº 83/2025 (1370179) desta Assessoria Jurídica e, ainda, em face das justificativas apresentadas pela gestão do contrato (1435481) e consideradas plausíveis pelo GABSAOFC (1436578), a prorrogação dos prazos pretendida poderá ser deferida com fundamento no art. 148, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 e pelas regras da CLÁUSULA TERCEIRA, item 3.4.1, do Contrato Administrativo nº 22/2025 (1371032).

3.2 Da Análise da minuta do Termo Aditivo:

20. Como relatado, juntou-se aos autos a minuta do Termo Aditivo nº 01 (1443382) ao contrato nº 22/2025 para o registro da prorrogação de prazos indicados pela gestão do contrato, já analisada na seção anterior deste parecer. Assim, resta a este unidade jurídica a sua análise formal para verificação da adequação de suas regras à realidade fática e jurídica que se pretende regular, o que se fará adiante:

MINUTA DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22/2025

TÍTULO E PREÂMBULO: redação adequada;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Item 1.1, Subitem I: Registra a prorrogação do **prazo de vigência** do contrato original por mais 6 (seis) meses a partir de 18/12/2025, com termo final em 17/06/2026, salvo se até esse prazo o registro no CADIN for regularizado, situação na qual a vigência passará a ser até 17/06/2030: **redação adequada**, na forma analisada na Seção 3.1 deste parecer.

Item 1.2: Indica os eventos nos quais constam as justificativas para os atos registrados no aditivo: **redação adequada;**

Item 1.3: Referência ao histórico da contratação que consta no Anexo I do instrumento: **redação adequada.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Item 2.1: Registra a prorrogação de prazos não possui efeito financeiro, pois o contrato originário já considerou o valor estimado para eventual vigência total de 05 (cinco) anos: **redação adequada;**

Item 2.2: Ratifica o valor total do contrato para fins de verificação dos limites máximos de acréscimos e supressões: **redação adequada**, decorre de regra legal: art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Item 3.1: Ratifica a exigência de garantia de execução para a contratação e, consequentemente, para o aditivo:

Nota da AJSAOFC: A redação deverá ser adequada. A Carta de Fiança nº 1306365 (1384289) apresentada pela contratada possui validade até 16/06/2030. **Orienta-se a seguinte redação:**

3.1. Considerando que a Carta de Fiança nº 1306365 (1384289) apresentada pela contratada para assegurar a plena execução do contrato possui validade até 16/06/2030, é dispensada nova garantia em razão da prorrogação registrada neste termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Item 4.1: Registra as principais fontes normativas que embasaram os atos registrados no aditivo: **redação adequada.**

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

Item 5.1: Ratificação dos demais elementos do contrato: **redação adequada.**

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

Item 6.1: Registra a divulgação do ato no PNCP e no sítio oficial do TRE-RO na internet, sem prejuízo da publicação DEJe-RO: **redação adequada.**

ANEXO I: Registra o histórico dos eventos do contrato: **redação adequada.**

20. Face a análise detalhada no item anterior, verifica-se que os dados registrados na minuta atualizada trazida ao processo pela SECONT no evento 1443382 encontram-se em conformidade com os fundamentos deste parecer jurídico e de acordo com os dados informados pela gestão do contrato, sobre os quais esta unidade jurídica, repita-se, não tem competência para se manifestar. Assim, verifica-se que, sob o aspecto formal, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 14.133, de 2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. **Contudo, previamente a sua assinatura, deverá a SECONT alterar a redação do item 3.1 da Cláusula Terceira, na forma registrada no item anterior.**

IV - CONCLUSÃO

21. Pelo exposto, opina esta unidade jurídica:

I - em face das justificativas apresentadas pela gestão do contrato (1435481), analisadas na Seção 3.1 deste parecer, pela **possibilidade jurídica da prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 6 meses**, na forma como registrados na minuta da SECONT juntada no evento 1443382, que poderá ser deferida com fundamento no art. 148, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 e pelas regras da CLÁUSULA TERCEIRA, item 3.4.1, do Contrato Administrativo nº 22/2025 (1371032).

II - Pela adequação legal da minuta do Termo Aditivo nº 01 trazida ao processo pela SECONT (1443382), haja vista que o instrumento encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 14.133, de 2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

i. Contudo, dado que Carta de Fiança nº 1306365 (1384289) apresentada pela contratada possui validade até 16/06/2030, previamente a sua assinatura, deverá a SECONT alterar a redação do item 3.1 da Cláusula Terceira. Orienta-se a seguinte redação:

3.1. Considerando que a Carta de Fiança nº 1306365 (1384289) apresentada pela contratada para assegurar a plena execução do contrato possui validade até 16/06/2030, é dispensada nova garantia em razão da prorrogação registrada neste termo aditivo.

22. Conforme registrado no item 4 deste parecer, quanto à programação orçamentária, a COFC:

a) trouxe ao processo a programação orçamentária para o suporte da despesa relativa no **exercício de 2025**, no valor de **R\$ 200.907,04 (1436578)**, oportunidade em que registrou que *"a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro"*, cuja proposta orçamentária de 2025 encontra-se registrada no PSEI nº 0000001-83.2024.6.22.8000;

b) em relação ao suporte orçamentário da despesa no exercício de 2026, informou (1436588) que há, *"(...) previsão de execução de despesas no exercício financeiro vindouro para o qual **não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro**, dos valores a serem executados em 2026, por **depende de aprovação da Lei de Orçamento Anual** e da abertura do exercício financeiro 2026"*, cuja proposta orçamentária encontra-se registrada no PSEI nº 0000002-34.2025.6.22.8000.

23. Por fim, em obediência ao Princípio da Publicidade, deverá o extrato do aditamento ser divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico do Tribunal, conforme os arts. 91 e 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **LILIAN RAFAELI DUTRA SILVEIRA, Analista Judiciário**, em 02/12/2025, às 16:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 02/12/2025, às 16:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1446596** e o código CRC **A6ADA9C0**.